

Os ventos da Nova Guerra Fria estão uivando no Círculo Polar Ártico | Carta semanal 2 (2023)



Spiridonov Yuri Vasilyevich (Sakha), *Landlord of the Moma Mountains*, [Proprietário das Montanhas Moma], 2006.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**

Em 1996, os oito países da orla ártica – Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos – formaram o **Conselho do Ártico**, uma jornada que começou em 1989 quando a Finlândia aproximou-se dos demais países para realizar um debate sobre o ambiente ártico. A iniciativa finlandesa levou

à **Declaração de Rovaniemi** (1991), que estabeleceu a iniciativa precursora do Conselho, a Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico.

A principal preocupação desses governos na época era o impacto da “poluição global e as ameaças ambientais resultantes” no Ártico, que estavam destruindo o ecossistema da região. Havia pouca compreensão da escala e das implicações do derretimento da calota polar (o consenso sobre esse perigo foi ampliado pela **pesquisa** de cientistas como Xiangdong Zhang e John Walsh em 2006 e o **Quarto Relatório de Avaliação** do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas em 2007). O escopo do Conselho do Ártico foi posteriormente expandido para incluir investigações sobre **mudanças climáticas** e **desenvolvimento** na região.

Mais recentemente, na reunião ministerial de 2021 do Conselho do Ártico em Reykjavík (Islândia), a Rússia assumiu a presidência rotativa da organização por dois anos. No entanto, em 3 de março de 2022 – exatamente uma semana após a invasão da Ucrânia pela Rússia – os outros membros do Conselho começaram a **boicotar** as reuniões em protesto contra a presença de Moscou no grupo. Em junho de 2022, esses sete países **concordaram** em “implementar uma retomada limitada de nosso trabalho no Conselho do Ártico em projetos que não envolvam a participação da Federação Russa”. Em essência, o futuro do Conselho está em jogo.



Andreas Alariesto (Sápmi), *Away, Bad Spirit*, [Fora, espírito ruim], 1976.

No entanto, as tensões geopolíticas no Ártico não começaram no ano passado. Eles estão fervendo há mais de uma década com esses oito países disputando o controle da área – não para conter os perigos da mudança climática, mas para explorar os vastos depósitos de minerais, metais e combustíveis fósseis que estão presentes nos 21 milhões de quilômetros quadrados do Círculo Polar Ártico. Estima-se que a região contenha **22% do petróleo e gás natural não descobertos do mundo** (embora a extração nessa região continue cara). Muito mais lucrativa é a mineração de **minerais raros** (como neodímio para capacitores e motores elétricos e térbio para ímãs e lasers), cujo valor em todo o Ártico – de Kvanefjeld (Groenlândia) à península de Kola (Rússia), passando pelo escudo canadense – é estimado em pelo menos um trilhão de dólares. Cada membro do Conselho do Ártico está correndo para estabelecer o controle sobre esses preciosos recursos que, até agora, estavam presos sob o gelo derretido.

Como mais da metade do Ártico é composta por águas internacionais e plataformas continentais desses oito países (ou seja, massa de terra que se estende até águas rasas do oceano), sua regulamentação se enquadra amplamente na **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** (Unclos, na sigla em inglês), ratificada por 168 partes. De acordo com a Unclos, a soberania de um Estado costeiro se estende ao seu mar territorial, definido como a área de 12 milhas náuticas contadas a partir da superfície marinha mais baixa de sua costa. Os Estados também têm o direito de criar uma “zona econômica exclusiva” dentro de 200 milhas náuticas daquela marca de maré baixa, onde muitos desses recursos estão localizados. Como resultado, a exploração dos recursos do Ártico está principalmente sob domínio dos Estados membros do Conselho e encontra-se amplamente fora do controle multilateral. No entanto, a Unclos restringe a soberania individual do Estado ao declarar que o fundo do mar é a “herança comum” da humanidade e sua exploração, seja qual for o fim, “deve ser realizada para o benefício da humanidade como um todo, independentemente da localização geográfica dos Estados”



Lucy Qinnuayuak (Kinngait), *Children Followed by Bird Spirit*, [Crianças seguidas pelo espírito de pássaro], 1967.

A ONU criou a **Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos** (ISA, na sigla em inglês) para implementar o tratado da Unclos. Em Kingston (Jamaica), a comissão jurídica e técnica da ISA está desenvolvendo um **código de mineração** para regulamentar a prospecção e aproveitamento da área do leito marinho internacional. Vale lembrar que um quinto dos integrantes da comissão são empresas mineradoras. Ao mesmo tempo que não existe a possibilidade de decretar uma moratória global sobre a mineração em alto mar – mesmo no Ártico, apesar do **Tratado da Antártica** de 1959 proibir efetivamente a mineração naquele continente – um código de mineração que favoreça as mineradoras não apenas aumentará a exploração, mas também aumentará a concorrência e o risco de conflito entre grandes potências. Essa competição já intensificou a **Nova Guerra Fria** entre os Estados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) – liderados pelos EUA – e países como China e Rússia, e levou à rápida militarização do Ártico.

Todos os membros do Conselho do Ártico já criaram bases militares na borda do Ártico, com a corrida para dominar a região se acelerando depois de 2007, quando cientistas russos colocaram **simbolicamente** uma bandeira de titânio no fundo do mar Ártico, 4.302 metros abaixo do Polo Norte. Artur Chilingarov, o explorador russo que liderou essa expedição geográfica, **disse** que foi motivado pela ciência e pela preocupação com as mudanças climáticas e que “o Ártico deve ser protegido não com palavras, mas com ações”. No entanto, a expedição geológica russa serviu de pretexto para ampliar a militarização na região. Durante décadas, os EUA tiveram uma presença militar nas profundezas do Círculo Polar Ártico, a Base Aérea de

Thule na Groenlândia, que se desenvolveu na década de 1950 depois que a Dinamarca – a governante colonial da Groenlândia – se juntou à Otan. Outros países litorâneos do Ártico também têm há muito tempo forças militares que cruzam o gelo e a neve do norte, uma presença que cresceu nos últimos anos. O Canadá, por exemplo, está construindo a instalação naval de Nanisivik na ilha de Baffin, Nunavut, com o objetivo de estar operacional em 2023. Enquanto isso, na última década, a Rússia renovou a base aérea de Nagurskoye em Alexandra Land e a base aérea Temp na ilha de Kotelny.



Sivtsev Elly Semenovitch (USSR), *On the Bull* [No touro], 1963.

O Conselho do Ártico foi uma das poucas instituições multilaterais a facilitar a comunicação entre as potências da região. Agora, sete deles decidiram não mais participar. Cinco desses membros que se abstiveram (Canadá, Dinamarca, Islândia, Noruega e Estados Unidos) já fazem parte da Otan, enquanto os dois restantes (Finlândia e Suécia) estão sendo **rapidamente incluídos** na Organização. Cada vez mais, a Otan está substituindo o Conselho do Ártico como autoridade de tomada de decisão na região, com suas operações baseadas no **Centro de Excelência para Operações em Clima Frio** na Noruega. Desde 2006, este centro reúne aliados e parceiros da Otan para exercícios militares bianuais no Ártico chamados **Cold Response**.

Em maio de 2019, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, foi à reunião do Conselho do Ártico em Rovaniemi (Finlândia) e **acusou** a China de ser responsável pela destruição ambiental no Ártico. Embora a China tenha lançado um projeto da **Rota da Seda Polar**, não há evidências reais de que tenha desempenhado

um papel particularmente deletério nas rotas marítimas do norte. Esse comentário hostil em relação à China e sentimentos semelhantes sobre o papel da Rússia no Ártico fazem parte da batalha ideológica para justificar a **Nova Guerra Fria**. Menos de um mês após o discurso de Pompeo, o Departamento de Defesa dos EUA divulgou sua **Estratégia para o Ártico** (2019), que se concentrou em “limitar a capacidade da China e da Rússia de alavancar a região como um corredor para a competição” (um clima repetido na **Estratégia do Ártico** de 2020 da Força Aérea dos EUA)



Per Enoksson (Sápmi), *Sing, Sing, Sing-along Song* [Cante, cante, canção para cantar junto], 2008-2010.

Em outubro de 2022, Reykjavík sediou sua reunião anual do Círculo Polar Ártico, com a presença de todas as grandes potências, exceto a Rússia, que não foi convidada. O ex-presidente da Islândia, Ólafur Ragnar Grímsson, que esteve envolvido no escândalo de corrupção dos **Panama Papers** de 2016, presidiu o discurso principal proferido pelo almirante holandês Rob Bauer, presidente do Comitê Militar da Otan. Bauer disse que a Otan deve ter uma presença mais forte no Ártico para controlar tanto a Rússia quanto a China, que ele **chamou** de “outro regime autoritário que não compartilha de nossos valores e mina a ordem internacional baseada em regras”. A Rota da Seda Polar, da China, disse o almirante Bauer, é apenas um escudo atrás do qual “as formações navais chinesas poderiam se mover mais rapidamente do Pacífico para o Atlântico, e os submarinos poderiam se abrigar no Ártico”.

Durante o período de discussão, o embaixador da China na Islândia, He Rulong, levantou-se para **dizer** ao almirante da Otan: “seu discurso e comentário são cheios de arrogância e também paranoicos. A região do Ártico é uma área de alta cooperação e baixo confronto... O Ártico desempenha um papel importante quando se trata de mudanças climáticas... Todos os países devem fazer parte desse processo”. A China, continuou ele, não deve ser “excluída da cooperação”. Grímsson encerrou a sessão após a intervenção de He e risos abafados no salão.



Maria Petrovna Vyucheykaya (USSR), *Going to a Demonstration* [Indo para uma manifestação], 1932-1933.

Ausente da maioria dessas discussões estão as comunidades indígenas que vivem no Ártico: os Aleut e Yupik (Estados Unidos); os Inuit (Canadá, Groenlândia e Estados Unidos); os Chukchi, Evenk, Khanty, Nenets e Sakha (Rússia); e os Saami (Finlândia, Noruega, Rússia e Suécia). Embora essas comunidades sejam representadas por seis organizações no Conselho Ártico – a Associação Internacional Aleut, o Conselho Ártico Athabaskan, o Conselho Gwich’in, o Conselho Circumpolar Inuit, a Associação Russa de Povos Indígenas do Norte e o Conselho Saami – suas vozes foram ainda mais silenciadas durante o conflito intensificado.

Esse silenciamento das vozes indígenas me lembra Nils-Aslak Valkeapää (1943-2001), o grande artista saami, cuja **poesia** chacoalha como o som do vento:

Você pode ouvir os sons da vida

no rugido do riacho

no sopro do vento

Isso é tudo que eu quero dizer

isso é tudo

Cordialmente,

Vijay